



TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos 06 de fevereiro de 2020, às 15h, no gabinete da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, estando presente a Dra. Ana Maria Moreira Marchesan, 2ª Promotora de Justiça, compareceram aqueles nominados na lista de presença em anexo. Aberta a audiência, fizeram-se presentes os representantes docentes, da comunidade de pais e a Deputada Estadual Sofia Cavedon. Relatam que a obra de restauro/reforma do Instituto de Educação teve reinício em 2018 através da empresa Concrejato, sediada em São Paulo. O custo estimado desta obra era de R\$ 22 milhões. Esses recursos vieram do BIRD e acabaram sendo devolvidos porque a empresa anterior não cumpriu o prazo. Não sabem explicar exatamente o motivo desse atraso que implicou na falta de execução do contrato. O fato é que a obra está parada desde o dia 30/09/2019. Os alunos estão divididos em quatro sedes provisórias, precárias e de difícil acesso para muitas famílias. Informam que a empresa Concrejato vinha prestando um excelente trabalho. Mas, parou seus trabalhos porque não recebeu uma parcela de R\$ 170.000,00 reais. Lembram que houve um acordo no GT do governo em que foi estabelecido que a obra reiniciaria em janeiro de 2020 e que haveria, para o primeiro semestre, uma previsão de 2,5 milhões para utilização no restauro. Seriam priorizados os telhados e as aberturas para maior proteção interna. Os fiscais da obra são Fernando e Luana, ambos funcionários da Secretaria de obras. O Secretário Stedile, em 05/11/2019, anunciou à Deputada que esta verba estaria assegurada e que havia um acordo com a empresa Concrejato. Isso está noticiado no site de Secretaria de



Obras do Estado, publicado no dia 12/11/2019. Questionam o fato de ter sido assinado um contrato e de uma hora pra outra inexistir verba disponível para honrá-lo. Destacam que a Escola tem valor histórico relevante para o Brasil. Existe há 150 anos e é a mais antiga escola de formação de professores do Brasil. Os membros da comissão informam que enviaram muitos e-mails ao Estado, mas não obtiveram nenhum retorno. Informa que, no GT do governo do Estado, existe um servidor de nome Vinicius Picinini que costuma dar relatos e informações atualizadas à direção e a comunidade escolar. O número total de alunos da Escola é de 1.360. Mas, acredita que isso se deva ao desalojamento atual desses alunos, porque o Instituto já contou com mais de 2.900 alunos. Trazem a preocupação com o patrimônio cultural lá armazenado e que está embalado aguardando uma obra que já era para estar concluída. Citam como exemplo os Óleos de Augusto Luiz de Freitas e de Lucílio de Albuquerque, com enormes dimensões. Esses quadros estão embalados de tal forma que não se conseguiu abrir para visualizar a atual situação das telas. Informam que já tem um trabalho importante de restauro começado, bastante adiantado, consistente na retirada dos assoalhos de todas as salas, tratamento e recolocação. Esse piso está coberto com um material plástico. Em maio foi elaborado um levantamento a pedido do Secretário da Educação. Encaminhe-se cópia desta ata ao Dr. Ricardo Schnetski do Mediar MP. Nada mais.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2020.

Ana Maria Moreira Marchesan,
Promotora de Justiça.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE

Procedimento nº **01629.001.516/2019** — Notícia de Fato

Evento nº
0017
pág 3

Documento assinado digitalmente por (verificado em 06/02/2020 18:12:07):

Nome: **Ana Maria Moreira Marchesan**
Data: **06/02/2020 18:12:06 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico:

"<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>"
informando a chave **000004384055@SIN** e o CRC **32.2202.0197**.

1/1